

QUINTA CÂMARA CÍVEL APELAÇÃO CÍVEL Nº 0845331-52.2019.8.10.0001- SÃO LUÍS
APELANTE: Hapvida Assistência Médica Ltda ADVOGADO: Dr. Isaac Costa Lázaro
Filho (OAB/MA 21.037-A) APELADA: Zélia de Castro Cutrim ADVOGADOS: Dra.
Beatriz de Castro Cutrim Aroucha (OAB/MA 12.408) Dr. Ricardo Gama Pestana
(OAB/MA 5373) RELATOR: Desembargador RICARDO DUAILIBE ACÓRDÃO

Nº _____ EMENTA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS
MORAIS E MATERIAIS. RECUSA NA COBERTURA DE ATENDIMENTO DOMILICIAR. HOME
CARE. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO.
RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DANO MATERIAL COMPROVADO. 1. De acordo
com a jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, é abusiva
a recusa na cobertura do serviço de Home Care (tratamento domiciliar),
porquanto constitui desdobramento do tratamento hospitalar contratualmente
previsto. 2. Existindo indicação para que a usuária, idosa acometida de
vários AVC's (Acidente Vascular Cerebral), com sequelas, tivesse atenção
médica no âmbito doméstico com equipe multidisciplinar, mostra-se
desarrazoada a negativa de cobertura por parte da operadora, não devendo
ser acolhida a insurgência recursal que se ampara notadamente no argumento
de que não há previsão no rol de procedimentos da ANS, cuja natureza seria
taxativa, matéria esta regulada na recente Lei nº 14.454/2022, que alterou
as disposições da Lei nº 9656/98 que estabelece que o Rol de Procedimentos
e Eventos em Saúde, atualizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar
(ANS), servirá apenas como referência básica para os planos privados de
saúde contratados a partir de 1º de janeiro de 1999. 3. Evidenciada a
abusividade da recusa de cobertura do tratamento, entendo caracterizado o
ato ilícito apto a dar ensejo aos abalos extrapatrimoniais alegados pelo
contratante, na medida em que restou frustrada a sua justa expectativa em
ver-se amparada pela operadora de plano de saúde. 4. No tocante ao quantum
indenizatório, entende-se que este deve ser mantido no valor de R\$
10.000,00 (dez mil reais), em atenção às peculiaridades do caso concreto e
em atendimento aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. 4.
Apelação Cível conhecida e improvida. 5. Unanimidade. ACÓRDÃO Vistos,
relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da Quinta
Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, unanimemente,
conhecer e negar provimento à Apelação Cível, nos termos do voto do
Desembargador Relator. Participaram do julgamento os Senhores
Desembargadores José de Ribamar Castro (Presidente), Ricardo Tadeu Bugarin
Duailibe (Relator) e Raimundo José Barros de Sousa. Funcionou pela
Procuradoria Geral de Justiça o Dr. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato.
São Luís (MA), 26 de setembro de 2022. Desembargador RICARDO DUAILIBE
Relator A4 (ApCiv 0845331-52.2019.8.10.0001, Rel. Desembargador (a)
RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE, PRESIDÊNCIA, DJe 28/09/2022)